

Resenhas

JOÃO QUARTIM DE MORAES

A esquerda militar no Brasil, vol. II,
Da coluna à comuna,
São Paulo, Siciliano, 1994, 193 pp.
Nelson Werneck Sodré (Historiador)

O livro de João Quartim de Moraes, que tem como subtítulo "Da coluna à comuna", é prosseguimento da ampla interpretação efetivada pelo autor a respeito do fenômeno político que foi a intervenção militar aqui no processo histórico, ou de forma mais aberta, do papel das Forças Armadas na política brasileira. Como o subtítulo do primeiro volume, lançado em 1991, "da conspiração republicana à guerrilha dos tenentes", indicava o período analisado - entre a República e as insurreições tenentistas -, o subtítulo deste segundo volume, "Da coluna à comuna", analisa o período entre a Coluna Prestes e a famigerada "intentona" de 1935. O assunto deste volume abrange os episódios ligados à Coluna Prestes, o hiato entre a internação dela na Bolívia e a campanha da Aliança Liberal, o movimento de 1930, a luta entre a componente militar e a componente política que sucedeu à tomada de poder, o desenvolvimento do que ficou conhecido como "prestismo", encerrando com os acontecimentos que configuraram a "intentona", em Natal, em Recife e no Rio. Um painel amplo, movimentado, com aspectos por vezes complexos, reconstituindo nos fatos e decomposto por segura análise que dá a medida da capacidade do autor para o trato do assunto. Precede neste volume a seqüência de fatos e análises, um capítulo em que o autor discute conceitos e preconceitos em torno do referido painel.

Para comentar tudo o que mereceu a atenção do autor, sempre mantendo a análise em alto nível, ao mesmo tempo que colocada em linguagem simples, é preciso, em primeiro lugar, fugir à sedução do conceito de esquerda militar, tão crassamente incompreendido por certo cronista, mencionado pelo autor e por ele corrigido. Trata-se, evidentemente, de equívoco de um leigo. O conceito está

perfeitamente definido pelo autor à página 12: "a esquerda brasileira em geral e a esquerda militar em particular" aparece nitidamente "identificando o progresso social à defesa do interesse nacional". A definição é lapidar. Nem só a incompreensão a respeito deste conceito, na verdade, provocará dúvidas sobre o fascinante assunto escolhido pelo autor, colocado de forma interessante sempre, desde o volume inicial. É que um quarto de século que ficou batizado como "ditadura militar" recentemente traumatizou profundamente a visão com que os militares são julgados, de modo geral, gerando um profundo fosso entre eles e a sociedade civil, aqui como espaço da opinião pública nacional.

É interessante frisar que a visão desse período negro de nossa história, visão que estigmatizou os militares, sempre esquece que eles foram movidos e mantidos em regime ditatorial por forças políticas e econômicas muito poderosas, que deles se serviram, mas que os deixaram isolados na responsabilidade da geração e da manutenção da ditadura. É mérito do autor, e não pequeno, recusar-se a aceitar este simplismo elementar e esperto. Tanto mais que vítima, como muitos, inclusive militares, padeceu longo exílio imposto pelo regime. A propósito, é interessante lembrar que tanto o AI-I como o AI-5 foram sugeridos e redigidos por dois professores universitários de Direito, um deles precisamente "civil e paulista", como exigiam, apaixonadamente, há mais de meio século, alguns propugnadores de rebeliões.

No discorrer de sua análise, o autor destaca, e é um traço muito importante porque ajuda a compreender o processo político, a permanente contradição entre os militares e os latifundiários no Brasil, que vem da velha República e esteve tão presente no tenentismo, por exemplo,

contradição que sobreviveu ao movimento de 1930. No Brasil, aliás, é preciso sempre atentar para o movimento pendular entre centralização e descentralização, que reflete, em grande parte, a contradição entre o nacional e o estadual. Nesse movimento, os militares estiveram sempre com o nacional e se constituíram, com o passar das décadas, em baluartes do que havia de essencial na continuidade de dominação do centro político sobre território tão vasto e ameaçado por desigualdades regionais tão clamorosas. Mesmo as "salvações", que pontilharam o hermismo, discutidas pelo autor, que as viu com clareza às páginas 18 e 19, foram sinalizações dessa vocação para o nacional. E ainda a desastrosa incompreensão que levou à tragédia de Canudos e que motivaria a do Contestado, originou-se, no fundo, desse apego ao regime republicano e ao sentido nacional brasileiro, tidos como ameaçados. No fim de contas, é uma análise acadêmica que erige esses episódios de rebeliões camponesas a casos simples de "messianismo". Rui Facó, de um lado, e Edmundo Muniz, de outro, este quanto a Canudos, destacaram como essa análise errônea desfigurou a realidade brasileira e a nossa paisagem social.

Estes comentários não passam de simples resenha de um livro que merece ser amplamente discutido. Pretende apenas despertar a atenção dos estudiosos para uma análise do papel dos militares elaborada sem neutralidade mas com a objetiva fidelidade que todo historiador deve ter como princípio supremo e que o distancia de conceitos e preconceitos muitas vezes ligados à aventura pessoal e a vicissitudes biográficas. O próprio autor menciona, ao longo de sua análise, como pessoas premiadas com o galardão acadêmico podem ser susceptíveis desses desvios, quando não de uma incompreensão endurecida e teimosa em relação a fenômenos que, na verdade, desconhecem, seja por simples preconceito, seja mesmo pela cegueira que acomete aqueles que desconhecem a história no que ela tem de essencial. Casos concretos apontados pelo autor, o da obstinada incompreensão de professor universitário paulista a respei-

to do movimento de 1930, ou o de outro professor, este mineiro, que endossa a tese do exército como "poder moderador". Trata-se de José Murilo de Carvalho, em trabalho inserido no volume sobre a República de obra coletiva e heterogênea organizada por outro professor do mesmo nível e que é um modelo de incompreensão do problema militar. Para não falar em Stanley Hilton e o brasileiro Paulo Sérgio Pinheiro, responsáveis por tolices gêmeas a propósito de assunto que desconhecem. O *brazilianist*, aliás, embarcando na falsidade já desmoralizada de que a "intentona" foi executada por ordem de Moscou.

A historiografia brasileira é vítima, na verdade, não apenas de um ensino de História inteiramente superado como de estrelismo de alguns autores que não merecem a menor atenção. João Quartim de Moraes, a tal propósito, perde tempo em elucidar tolices desse tipo de autores. Não se discute com quem não sabe e essa benevolência chega ao cúmulo de considerar até um pretense especialista em temas militares como Stepan, funcionário da Rand Corporation que dispensa qualquer qualificativo.

O Exército, que é a força armada fundamental, no caso brasileiro, tem sido vítima de alguns estudos, particularmente nos últimos tempos, que desconhecem a sua formação e características. É nesse sentido que a obra de João Quartim de Moraes ganha relevância pelas qualidades do autor e pelo seu distanciamento de conceitos e preconceitos que ganharam foros de verdade pela simples e rotineira repetição. O autor, por isso mesmo, tem a capacidade, para só mencionar alguns detalhes, de negar-se a aceitar colocações às vezes avalizadas por pretensos mestres, que deformam profundamente a verdade histórica. Esta, modernamente apreciada, fornece elementos que, bem avaliados, ajudariam muito a compreensão dos estudiosos. Os militares, ao longo do tempo, mantiveram a monarquia e a derrubaram, mantiveram o escravismo e determinaram a sua extinção, mantiveram a República e subverteram-na, depuseram governos e mantiveram governos, nas crises políticas colocaram-se, nos últimos tempos em particular, ao

lado da opressão e ao lado de reivindicações libertárias ou pelo menos democráticas. Que quer isto dizer no fim das contas? Quer dizer uma coisa muito simples: as instituições militares, com o Exército em destaque, estão profundamente inseridas na sociedade brasileira e por isso acompanham o desenvolvimento de suas contradições. Eles não são especificamente, determinadamente democratas ou opressores; acompanham as circunstân-

cias históricas, tão simplesmente. É tal verdade elementar que está esquecida, sistematicamente, pelos que se vêm ocupando do seu estudo. Ainda bem que aparece, agora, João Quartim de Moraes para colocar com clareza o que os militares representaram e representam no Brasil. O segundo volume desse ensaio excelente é fonte básica para a compreensão do assunto. Chegou em boa hora.

MARCELO RIDENTI

O fantasma da revolução brasileira, São Paulo, Unesp/Fapesp, 1993, 285 pp.

João Roberto Martins Filho (Professor do Departamento de Ciências Sociais da Universidade Federal de São Carlos)

O livro de Marcelo Ridenti é o primeiro balanço estritamente sociológico da trágica e heróica experiência da luta armada contra a ditadura. Alinha-se aos poucos trabalhos que, de uma perspectiva de esquerda, expressaram a preocupação de jovens pesquisadores dos anos 80 com eventos que eles apenas vislumbraram com o canto dos olhos na adolescência. Sua feitura deu-se, assim, na intersecção entre a curiosidade de uma geração que não participou dos fatos e a persistência ainda viva da memória dos participantes, acessíveis ao pesquisador que mantém com eles relações visivelmente respeitadas e compassivas.

Nesse sentido, o livro de Ridenti é filho de prole reduzida. Elaborado e redigido enquanto muitos dos fantasmas ainda viviam, talvez encerre um ciclo. Nesses limites conjunturais da prática teórica, encontram-se, a meu ver, suas qualidades e seus limites.

Deixando de lado as coletâneas de depoimentos, os textos de ficção e as reportagens biográficas, os principais balanços da trajetória da esquerda armada brasileira dos anos 68-73 eram até aqui da lavra dos próprios militantes. A obra pioneira foi publicada no exílio, em 1971: *Dictatorship and*

armed struggle in Brazil, de João Quartim. Bastante tempo depois, surgiram *Combate nas trevas* (1987), de Jacob Gorender, e a tese de Daniel Aarão Reis, *A revolução faltou ao encontro* (1990). Aí conviviam o conhecimento íntimo da esquerda da época - típico de líderes destacados de organizações como a VPR, o PCB e o MR8 - com o acerto de contas de ex-militantes com sua experiência passada (ainda sob o rumor dos tiros, no caso de Quartim).

Esse traço permitiu que, ao ganhar suas primeiras resenhas na grande imprensa, *O fantasma da revolução brasileira* tenha granjeado amplos elogios por ser filho da geração desarmada. Resistindo ao canto da sereia, tomarei como problema o que esses textos tomaram como ponto pacífico. Antes, porém, a bem da verdade, convém ressaltar que o próprio autor procurou visivelmente construir uma ponte entre sua geração e a dos militantes que analisa. Feita a ressalva, qual a originalidade e a contribuição efetivas do livro de Ridenti?

Quanto a suas fontes, *O fantasma da revolução brasileira* nutriu-se basicamente de três mananciais: a literatura existente (das análises gerais ao acervo de depoimentos escritos), lon-

SODRÉ, Nelson Werneck. Resenha de: MORAES, João Quartim de. A esquerda militar no Brasil, vol. II, Da coluna à comuna. São Paulo: Siciliano, 1994, 193p. *Crítica Marxista*, São Paulo, Brasiliense, v.1, n.2, 1995, p.167-169.

Palavras-chave: Esquerda militar; Coluna Prestes; Política Brasileira.